

Ditadura de Maduro manda prender candidato da oposição Edmundo González na Venezuela

Representante de coalizão que concorreu contra o líder do regime em pleito contestado se tornou alvo de mandado após ignorar intimações em processo criminal relacionado à divulgação de atas eleitorais

SÃO PAULO — A Justiça da Venezuela emitiu, nesta segunda-feira (2), uma ordem de prisão contra Edmundo González, 75, o candidato que representou a coalizão opositora na eleição da qual Nicolás Maduro foi declarado vencedor.

O pedido de prisão foi feito pelo Ministério Público, liderado pelo procurador-geral, Tarek Saab, dias depois de González ignorar pela terceira vez uma intimação da Justiça para que prestasse depoimento no escopo de uma investigação iniciada após opositores acusarem fraude no pleito. A audiência mais recente foi marcada para a última sexta-feira (30), quando a Venezuela sofreu com um apagão em todo o país.

González — que concorreu após a líder da coalizão opositora, María Corina Machado, ser proibida de disputar a eleição — afirmou em outras ocasiões que o Ministério Público atua como um “acusador político” e que seria submetido a um processo “sem garantias de independência ou devido processo legal” caso fosse à audiência.

Um porta-voz de González mencionado pela agência de notícias Reuters disse que o opositor não havia sido notificado de qualquer mandado de prisão.

O Ministério Público, por outro lado, havia advertido que, em caso de nova ausência de González, passaria a considerar “risco de fuga e de obstrução”, o que justificaria o mandado de prisão. O órgão é alinhado ao chavismo.

O pedido de prisão foi assinado pelo promotor Luis Ernesto Duéñez e enviado ao juiz especial de primeira instância que atua em casos relacionados a terrorismo. O Ministério Público divulgou em suas redes sociais uma cópia do documento. González é acusado de desobediência das leis, falsificação de papéis públicos, conspiração, usurpação de funções e sabotagem. Em teoria, os crimes



Edmundo González, candidato da oposição venezuelana que concorreu contra Maduro nas eleições de 28 de julho. Juan Barreto - 23.mai.24/AFP

podem resultar na pena máxima de 30 anos de prisão.

Os crimes se relacionam à publicação e manutenção de um site que reúne atas da votação e que vem sendo usado pela oposição para reivindicar sua vitória.

De acordo com as informações publicadas no site, o opositor venceu a eleição com mais de 7,3 milhões de votos (67%), contra 3,3 milhões de Maduro (30%). Várias organizações internacionais independentes afirmaram que as atas divulgadas no endereço eletrônico são verdadeiras, e alguns países chegaram a reconhecer o opositor como legítimo presidente eleito da Venezuela em razão dos boletins.

Mas o regime, que não divulgou as atas oficiais a despeito da prisão internacional, afirma que os documentos exibidos no site da oposição são falsos. Também declara Maduro o vencedor da disputa, com 52% dos votos, contra 43% de González.

✚ EUA apreendem aeronave usada por ditador

Os Estados Unidos apreenderam um avião usado pelo ditador venezuelano, Nicolás Maduro. A aeronave foi levada da República Dominicana para a Flórida depois de ficar constatado que sua compra violou sanções americanas, disse o Departamento de Justiça americano na segunda (2).

Em nota, o regime venezuelano chamou a ação de pirataria. “Esta ação revela que nenhum Estado está a salvo de ações ilegais que ignoram o direito internacional”, afirma o comunicado.

Diante da turbulência policial, o ex-diplomata não aparece em público desde 30 de julho, quando participou de manifestação contra o regime. Desde então, vem limitando sua atuação às redes sociais por temor de represálias.

Movimento semelhante é feito por María Corina, que diz viver escondida em seu país, além de temer ser alvo de repressão. Não há, porém, um mandado de prisão emitido contra ela.

“Eles perderam toda a noção da realidade”, escreveu María Corina na rede social X. “Ameaçar o presidente eleito apenas alcançará mais coesão e aumentará o apoio dos venezuelanos e do mundo a González”.

Especialistas afirmam que o processo contra o opositor é irregular. O Ministério Público não especificou nas três intimações se ele estava sendo convocado como acusado, testemunha ou especialista, o que é exigido pela lei venezuelana.

Os documentos falavam apenas em “prestar uma entrevista em relação aos fatos dos quais o órgão investiga” pelo suposto cometimento de “usurpação de funções” e “forjamento de documento público”.

Na última quinta-feira (29), González participou por chamada de vídeo de uma reunião com ministros das Relações Exteriores dos países que compõem a União Europeia. Os chanceleres concordaram em não reconhecer a “legitimidade democrática” da reeleição de Nicolás Maduro.

O mandado de prisão contra González aumenta a lista de opositores que se tornaram alvo do regime após a contestada eleição. No último dia 28, o líder do partido Convergência Venezuela, Biagio Pilieri, foi preso após participar de um comício ao lado de María Corina. Antes, na terça (27), María Corina havia denunciado o desaparecimento de Perkins Rocha, advogado da oposição.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mundo Caderno: A Página: 39